

SCHAPIRO, Mario Gomes (coord.). *Direito Econômico Regulatório*. São Paulo: Saraiva, 2010.

## A jurisprudência do STJ e do STF e a distribuição dos royalties de petróleo

Hirdan Katarina de Medeiros Costa<sup>246</sup>  
Edmilson Mouinho dos Santos<sup>247</sup>

### Sumário

1. Introdução: por que estudar a aplicação dos royalties de petróleo no Brasil como um caso relevante na seara jurisprudencial?
2. Distribuição dos royalties de petróleo e gás na Lei do Petróleo e na Lei n.º 7.990
3. A jurisprudência do STF sobre distribuição de royalties de petróleo
4. A jurisprudência do STJ sobre distribuição de royalties de petróleo
5. Considerações finais
6. Referências bibliográficas

### Resumo

O objetivo desse artigo é analisar o papel da jurisprudência dos tribunais superiores (STJ e STF) referente à distribuição de royalties de petróleo. A metodologia adotada no trabalho é qualitativa. As fontes utilizadas foram compostas de referências e dos acórdãos desses tribunais sobre a matéria pertinente à distribuição de royalties de petróleo. O resultado obtido demonstra que o STF enxerga que não existe uma lista estrita de equipamentos enquadrados por lei e aborda a viabilidade de interpretação do artigo 48 da Lei do Petróleo para estender o rol de beneficiários. Por seu turno, o STJ tem se posicionado no sentido de limitar a lista de beneficiários. Em sede de conclusões, visualiza-se que as decisões do STF

<sup>246</sup> Mestre em Energia pelo Programa de Pós-Graduação em Energia da Universidade de São Paulo (PPGE/USP), Doutoranda em Ciências pelo PPGE/USP, Bolsista de Doutorado do CNPq, Advogada.

<sup>247</sup> Professor Doutor do PPGE/USP.